

## O Edifício Teatral e Os Sentidos do *Art Déco* Como Discurso de Progresso no Estado Novo em Mato Grosso

THAÍS LEÃO VIEIRA\*

*A consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado. Será legítimo que o historiador reconheça como moderno o que as pessoas do passado não sentiram como tal?*

Jacques LE GOFF, «Antigo/Moderno».

Este texto busca entender o discurso da "modernização" de Mato Grosso em finais da década de 1930 e início da década de 1940 colocando-se a possibilidade de pensá-lo à luz de processos culturais, especialmente a construção do Cine-Teatro na cidade de Cuiabá (1942)<sup>1</sup>. Diversas construções arquitetônicas orientaram um discurso que buscava indicar o avanço para um estado moderno atrelado ao desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte. Partimos da ideia de que essas narratividades, apreendidas por meio do jornal *O Estado de Mato Grosso*<sup>2</sup>, se constituem enquanto representações de um grupo político que contribuiu para construir esse discurso hegemônico.

Inspirada no modelo de modernização dos grandes centros urbanos do país, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, a cidade de Cuiabá carrega desde o século XIX as marcas do progresso e da modernidade como um projeto político que ganha força na década de 1930 com a "Marcha para o Oeste" especialmente no Estado Novo. Cuiabá conta com a participação efetiva de uma elite dominante articuladora que orienta esse discurso lançando

---

\* Professora Adjunta do departamento de história da Universidade Federal de Mato Grosso campus de Rondonópolis (UFMT). Membro do Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura (NEHAC-UFU) e do Grupo Arte.Com (UFMT).

<sup>1</sup> Texto originalmente apresentado como parte do relatório parcial do projeto de pesquisa intitulado "Arte e Cultura em Mato Grosso: A construção de um discurso de identidade matogrossense entre o Moderno e a Tradição" financiado pela FAPEMAT (2012-2014). Compreende-se que nos limites deste texto há, nesse momento, uma intenção de destacar a visão do Estado. Portanto, têm-se uma perspectiva monolítica desse processo que será diluída com a inserção das práticas culturais, em especial os espetáculos teatrais, apresentados no Cine-Teatro revelando outros atores sociais e dimensões dissonantes desse processo evidenciadas no relatório de pesquisa.

<sup>2</sup> As edições consultadas para este trabalho foram do ano de 1939 a 1942. Consulta ao acervo do Jornal *O Estado de Mato Grosso* disponibilizado no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (Cuiabá-MT). Caixa 1939, Caixa 1940, Caixa 1941.

mão de artifícios como a imprensa. Este projeto se faz presente de forma mais evidente desde o bicentenário da fundação de Cuiabá em 1919, momento em que as elites do Estado buscaram reagir às imagens negativas construídas, especialmente por viajantes. Lylia Galetti observa ainda que esse estigma era por parte dos estrangeiros lançado sobre todo o território brasileiro. No entanto, as elites brasileiras constroem “outro geográfico” dentro do próprio país. Isso significa dizer que foram produzidos uma série de discursos em que o interior do Brasil foi caracterizado em oposição a outras partes do país onde os efeitos da modernização capitalista já eram mais visíveis, como sendo atrasado e bárbaro.

Galetti apresenta o discurso proferido pelas elites que percebiam Mato Grosso à luz da matriz ocidental de progresso e civilização, onde o progresso deveria passar por estágios:

*enxergando Mato Grosso pela mesma matriz das concepções ocidentalistas de progresso e civilização e pelas mesmas lentes das teorias evolucionistas e raciais que dominaram os horizontes ideológicos e culturais entre fins do século XIX e inícios do XX. (GALETTI, 2000, p. 267)*

Ao estado caberia empreender ações que construiriam a ideia de civilização, de moderno e progresso a partir do deslocamento para o interior do Brasil, pautado no paradigma científico da modernidade.

*A ‘Marcha...’ foi armada para evoluir do domínio da lenda para o da legenda, do mítico para o simbólico, regiões férteis de fantasia e emoção, instrumentos penetrantes com os quais se articulava a imagem indivisa de uma nação homogênea e acabada, superadora dos conflitos sociais. A conquista do oeste significava para o regime a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros. A ocupação dos espaços ditos vazios significava não simplesmente a ocupação econômica da terra, transformada em geradora de riquezas; sua pretendida ocupação seria procedida de maneira especial, a ponto de fixar o homem na terra através de métodos cooperativos, que redimensionassem as relações sociais, de acordo com a orientação política vigente. **A transformação do oeste conquistado era também apreciada como suporte de sustentação para o ‘novo’ implantado nas cidades**, e sua extensão para o campo era tida como um movimento natural e inerente de acabamento da nova ordem estabelecida. (LENHARO, 1986, p.18, grifo meu).*

A busca pelo novo, pelo moderno, permitiu que a cidade tentasse apagar de sua estrutura física edificações que retratassem outros interesses estéticos. O moderno<sup>3</sup> assim adquire uma conotação elogiosa como sendo sinônimo de atual e bom. De acordo com Hans Robert Jauss o termo aparece no século V, no momento de transição entre Antiguidade romana e pagã e o mundo cristão, de origem latina, *modernus* no sentido de “agora mesmo, recentemente, agora”.

*Da mesma forma que hodiernus deriva de hodie, modernus deriva de modo que, então, não significava apenas precisamente, já, imediatamente, logo, mas, provavelmente, significasse também agora mesmo – sentido que perpetuou nas línguas românicas. [...] ‘Modernus’ não significava apenas ‘novo’ mas ‘atual’. Entre os conceitos temporais aproximadamente sinônimos, modernus é o único cuja função é designar exclusivamente atualidade histórica presente (JAUSS, 1996, p. 51).*

A construção do edifício do cine-teatro possui uma relevância na discussão da transformação dos espaços públicos. Sendo um projeto do governo federal as relações entre a arquitetura do edifício e o projeto de interiorização do país a “Marcha para o Oeste” não deve ser ignorado. Duas questões são fundamentais nesse processo: a construtora Coimbra Bueno e o jornal *O Estado do Mato Grosso* sob a direção do jornalista Arquimedes Pereira Lima, que por meio do discurso de progresso e modernidade enunciará um novo tempo em conformidade com os sentidos da “Marcha para o Oeste”. Entendendo a imprensa e a arquitetura como uma prática discursiva e estética associadas ao poder, que nesse caso, possuem uma inter-relação com o estado. Logo, a imprensa e a arquitetura e urbanismo possuem uma forte vinculação nesse período com o Estado Novo. As relações aqui partem do estético para evidenciar o ideológico e os interesses econômicos postos em questão quando da construção do cine-teatro.

---

<sup>3</sup> Interessa-nos aqui, muito mais do que recuperar a extensa bibliografia desta categoria histórica a que a palavra moderno se transformou, mas à luz da perspectiva metodológica de João Barrento, construir a partir da concretude das relações com uma experiência, tempo e lugar, elementos que possam clarificar o conceito de moderno posto. Nesse sentido, a ideia de modernidade será mais possível de ser apreendida à medida que tentarmos responder: “o que significava ser moderno na Cuiabá da primeira metade do século XX?” No sentido de estabelecer uma síntese para o atual problema é que a incursão reflexiva para os estudos sobre a modernidade se fez necessária. Assim, se o discurso sobre a construção do Cine-Teatro pode ser considerado como ponto de inflexão sobre a modernidade em Mato Grosso, a modernidade, em troca pode ser um ponto de partida sobre esses discursos.

O Estado Novo instituído em 1937 caracterizou-se pelo aumento da intervenção do Estado. Embora o governo Vargas não se defina como indicou Maria Helena Capelato como um fenômeno fascista, não se pode deixar de levar em conta a inspiração das experiências alemã e italiana para esse período. Com efeito, apesar da Ação Integralista Brasileira (AIB) não ter no estado novista um aliado, a historiografia durante muito tempo associou os elementos fascistas do governo às ações integralistas<sup>4</sup>.

Embora o regime brasileiro não tivesse seguido à risca o modelo alemão e italiano Maria Helena Capelato indica que tanto a polícia política na figura de Filinto Muller, chefe de polícia, quanto o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) eram declarados admiradores do nazi-fascismo.

*Os organizadores da propaganda varguista, atentos observadores da política de propaganda nazi-fascista, procuraram adotar os métodos de controle dos meios de comunicação e persuasão usados na Alemanha e na Itália, adaptando-os à realidade brasileira.*

*Nem todos os ideólogos ou adeptos do Estado Novo declaravam-se simpatizantes do nazi-fascismo, mas alguns explicitaram sua admiração por esses regimes, como foi o caso de Filinto Muller, chefe da polícia política, encarregado da repressão aos opositores, e de Lourival Fontes, diretor do DIP, que controlava os meios de comunicação e cultura, sendo também responsável pela produção e divulgação da propaganda estado-novista. (CAPELATO, 1999, p. 169-170)*

A imprensa tem um papel fundamental no Estado Novo, no caso do jornal *O Estado de Mato Grosso* algo que chama a atenção é o período em que ele foi fundado no ano de 1939 e a vinculação de seu dono com o poder federal. O jornalista Archimedes Pereira Lima que atuou como diretor do jornal, também presidiu a imprensa oficial do Estado em 1937 a 1945<sup>5</sup>. Neste

---

<sup>4</sup> O historiador Rafael Athaides discute diversas matrizes de interpretação na historiografia brasileira chamando a atenção para a perspectiva de René Gertz. De acordo com Athaides o pensamento de Gertz nos sugere uma multiplicidade interpretativa do caráter ou da natureza da AIB levando em consideração tanto seu contexto mais amplo, o fascismo, quanto o mais específico, o integralismo. Nessa concepção o integralismo e o germanismo não podem ser associados diretamente, haja vista que são as decisões locais e pessoais que irão determinar a colaboração dos nazi-fascistas aos integralistas. A ideia é que o Integralismo tem suas raízes no pensamento autoritário de direita já existente no Brasil e sofre influência especialmente no fascismo, mas que essa não é uma questão determinante. (ATHAIDES, 2009)

<sup>5</sup> Conferir no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. “A missão de reformular a Tipografia Oficial do Estado foi entregue pelo interventor federal Júlio Strubing Muller ao jornalista Archimedes Pereira Lima”. Em 1937 ele a transformou em Imprensa Oficial do Estado. “Entre as mudanças feitas, a Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso passou a se chamar Diário Oficial do Estado de Mato Grosso”. (JUCÁ, 2009, p. 121).

mesmo ano Archimedes Pereira fundou – juntamente com Benjamim Duarte Monteiro, Jaime de Vasconcelos, Ranulfo Paes de Barros, Amarílio Calháo, Armando da Silva Carmelo, Ernesto Pereira Borges – foi presidente do sindicato dos jornalistas do estado. A partir de 1943 Archimedes Pereira dirigiu o Departamento de Imprensa e Propaganda (DEIP) um órgão afiliado do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) tendo este sido criado no estado apenas no final de 1942. Além disso, foi presidente da Fundação Brasil Central (FBC), uma entidade criada em 1943 vinculada diretamente à presidência da república. De acordo com Dulce Portilho Maciel a “Fundação Brasil Central, foi a primeira instituição estabelecida no país com o objetivo de servir de instrumento de intervenção do Estado sobre o território” (MACIEL, 2011, p.04) <sup>6</sup>. Nesse sentido, foi criado este veículo de intervenção federal no âmbito regional para o Centro-Oeste que se destinava a “desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental” <sup>7</sup> (CÂMARA DOS DEPUTADOS/BRASIL, 1943, [n.p]).

A partir dessas questões é possível inferir o lugar social que este jornalista ocupava em Mato Grosso e suas relações com o governo federal por meio das posições ocupadas por ele. Tendo como inspiração as questões de Adalberto Marson nos perguntamos: “por quem fala tal documento? [...] Que ação e que pensamento estão contidos em seu significado? O que o fez perdurar como depósito da memória? Em que consiste seu ato de poder?” (MARSON, 1984, p. 52). Assim, não são apenas as ações dos políticos que fazem com que um campo político mantenha determinada estrutura, mas a atuação de agentes que vão se encontrar em uma posição dual entre detentores de uma posição econômica favorável, donos de jornais, rádios, cinema e teatro e ao mesmo tempo a função de gestores do Estado e a atuação destes nas instituições de poder público.

O *Estado de Mato Grosso* legitima o discurso da “Marcha para o Oeste” defendendo a ideia de que em Mato Grosso a colonização se fazia necessária e de forma urgente e que a

---

<sup>6</sup> A Fundação Brasil Central existiu por quase 25 anos, sendo extinta no regime militar em 1967. Após sua extinção é criada a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro Oeste (SUDECO).

<sup>7</sup> Essa afirmação se encontra no Art. 1º do Decreto-Lei nº 5.878, de 04 de outubro de 1943. Autoriza a instituição da Fundação Brasil Central e dispõe sobre seu funcionamento. Disponível *on-line* em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5878-4-outubro-1943-415823-publicacaooriginal-1-pe.html>>

falta de meios de comunicação era o maior problema para ampliação dos horizontes. De 1939 a 1942 o periódico deu ênfase no projeto de colonização, na divulgação das ideias varguistas, alegando que a exemplo de outros estados da federação como São Paulo Mato Grosso precisava passar por um processo de colonização para atingir “grau de adiantamento a que tem o direito e a que está destinado pelas magníficas possibilidades de suas imensas riquezas inexploradas” (*EDITORIAL/ O ESTADO DE MATO GROSSO*, 1941, p.02). No editorial de junho de 1941 o jornal afirmava que Mato Grosso vivia em um círculo vicioso e que necessitava de sair desse processo:

*Mato Grosso precisa promover e intensificar a colonização se quiser acompanhar o progresso do Brasil e tornar-se digno das gloriosas tradições de seu povo, cujo heroísmo constituiu no passado o baluarte da honra, da integridade e da independência nacionais.*

*Não há em Mato Grosso quem desconheça que a colonização é uma necessidade urgente e que a falta de meios de comunicação, isto é, de estradas é o grande problema cuja solução rasgar-no-ia novos e mais amplos horizontes.*

*[...] Façamos o que fizeram os Estados Unidos. Abramos estradas e com elas virá a colonização e com a colonização virá a riqueza, virão as indústrias, virá o progresso. (EDITORIAL/ O ESTADO DE MATO GROSSO, 1941, p.02).*

Rosimar Rodrigues de Oliveira ao realizar uma análise enunciativa do *Estado de Mato Grosso* revela o caráter associativo entre “Marcha para o Oeste” e a ideia de espaço incivilizado. Como ressalta em seu trabalho a recorrência às palavras de progresso, moderno, desenvolvimento, associadas à palavras que a qualificam positivamente como riqueza é uma marca que permite estabelecer uma relação determinista entre progresso e riqueza, logo onde há um há o outro. Assim, o período de passagem de Vargas em Mato Grosso, com especial atenção para sua presença em Cuiabá, nos dias 06, 07 e 08 de agosto de 1941 foi amplamente explorado pelo jornal que chega a lançar duas edições no dia 06 de agosto. Até o dia dezesseis boa parte dos textos publicados fazia referência à ilustre presença e tentavam ressaltar a importância de Mato Grosso para o cenário político brasileiro e para a “Cruzada rumo ao Oeste” que as elites cuiabanas tentavam incentivar no esteio da “Marcha para o Oeste”.

*O Estado Novo não cerceia, não embaraça, não dificulta e não tolhe a iniciativa particular. O Estado Novo, ao contrário, estimula, incentiva, favorece a ação dos indivíduos e das classes, evitando somente que se violem interesses gerais da Nação*

*e que os fortes aniquilem ou neutralizem os fracos. [...] Julio Müller é a força, o trabalho, a vontade, a consciência, o espírito, afinal, que pairando sobre as águas mortas da apatia e do marasmo em que vivia Mato Grosso, agitou, sacudiu as energias de um povo bom e honesto, trabalhador e inteligente. (FALCÃO, 1941, p. 02).*

Mato Grosso aparece nesse caso como o lugar marcado pela positivação do trabalho e articula argumentos progressistas à iniciativa particular. A herança de um passado negativo, imóvel, aparece como um passado que não pode mais conviver com o presente, mas apenas servir como explicação para o novo.

*O povo que estava hibernando deveria ser acordado e, acima de tudo, o Estado tinha os meios e as soluções para esta revalorização e redescoberta do Brasil e de suas regiões no ideário Estado-novista. Tinha-se também uma certa alteração nas relações dialéticas entre passado, presente e futuro. Uma linha de continuidade na história do povo, os vínculos com um passado de tradições, permaneceriam inalterados. (GOMES, 1996, p.152)*

Em Março de 1941 Oto Prazeres trazia esse discurso do novo *versus* antigo:

*Mato Grosso, na atualidade adquiriu ou possui dois fundamentos para que mereça mais atenção, mais carinhos... Não estamos mais no tempo em que, numa mesa da Colombo (neste tempo os homens de letras se reuniam, trocavam ideias, conversavam...) a uma pergunta de estrangeiro, indagando se Mato Grosso ficava muito longe, um poeta respondeu:*

*- Você vai andando, vai andando, anda uma semana, meses, talvez um ano; e chega assim ao fim do mundo. Encontra um grande rio, muito largo... Pois bem; do outro lado começa Mato Grosso...*

*A estrada de ferro, o avião, o rádio, aproximaram Mato Grosso.*

*O grande estado brasileiro, encontra-se assim perto dos olhos: tem, pois, direito de estar perto do coração...*

*“Trabalha, que eu te ajudarei”, diz uma afirmativa divina. Em tempos idos, é possível que Mato Grosso não trabalhasse como devia...*

*Quem desejava atravessar um rio e ficar trabalhando além do fim do mundo? (O ESTADO DE MATO GROSSO, 1941, p.02).*

*Hoje, Mato Grosso trabalha, procura progredir, apresenta alguns resultados desse trabalho. Tem direito, portanto, ao auxílio, ao amparo do preceito divino... (PRAZERES, 1941, p. 02).*

O estigma da barbárie de Mato Grosso, apresentada pelo jornalista como um espaço geográfico distante do restante do país, nos confins da nação, portanto carente de progresso, faz parte de uma representação dicotômica do território brasileiro, marcada por binômios:

litoral *versus* sertão, moderno *versus* antigo, civilização *versus* barbárie. O binômio sertão e litoral (LIMA, 1999; AMADO, 1995) torna-se, portanto, organizador de um discurso que proclama o interior como vazio (de gente e de civilização) e de um lugar deserto. Este interior seria um obstáculo na marcha da civilização, já anunciada nas regiões do litoral, e deveria vivenciar um novo fluxo de renovação econômica, técnica e social.

*Entre os que viviam em Mato Grosso havia a consideração de que as razões de seu pouco desenvolvimento decorriam da grande distância que o separava do litoral, portanto, longe dos centros de decisão do país, e da pouca atenção que o governo central lhe dispensava. Outra explicação referia-se ao atraso de seus habitantes pouco dotados de espírito empreendedor. De qualquer forma, o ponto de concordância estava na idéia de que a civilização viria de fora, do litoral, da Corte, quiçá da Europa (XAVIER, 2006, p. 29).*

Diante dessa perspectiva, o progresso tributário do trabalho produzido no presente, era compreendido como um limite dado por comportamentos antigos, que agora viriam a se modificar, definido pela expressão “Em tempos idos”. Esse momento (1941) reúne elementos que demarcam uma contraposição ao passado de grande valor, pois a ideia de modernidade aparece ao longo do texto em dois momentos: “é possível que Mato Grosso não trabalhasse como devia” e “Hoje, Mato Grosso trabalha, procura progredir”. Essa visão antitética entre o atual e o passado diz respeito à noção de moderno, sobretudo à concepção ideológica estado-novista. Embora a visão de moderno se apresente como uma ruptura com o passado, a conotação de novo e de progresso para Jacques Le Goff adquire um novo sentido com o cristianismo assumindo um “caráter quase sagrado de batismo” (LE GOFF, 2003, p.179). Nesses termos, Le Goff assinala que “mais do que uma ruptura com o passado, “novo” significa um esquecimento, uma ausência de passado” (LE GOFF, 2003, p.179).

Oto Prazeres ainda designa trabalho como prosperidade explicitando um discurso de condenação à ociosidade posto no Brasil desde o pós-abolição. Como ressalta Angela de Castro Gomes a pobreza foi durante muito tempo vista como inevitável e útil, pois justificativa a responsabilidade dos “homens bons” pelo progresso da nação. Mesmo após a abolição o pensamento dominante era associar o trabalhador a um indivíduo degradante. Essa alteração se acelera após a proclamação da República em um contexto em que diversas

interpretações começam a identificar as causas da pobreza em problemas econômicos: “A pobreza passava a ser considerada um obstáculo para o desenvolvimento da nação e deixava de ser considerada inevitável, já que a ignorância desta “questão social” e o imobilismo do Estado começam a ser apontados como as razões de sua permanência”(GOMES, 1999, p. 54). Especialmente a partir do Estado Novo a autora identifica uma estratégia político-ideológica de combate à pobreza, centrada no valor do trabalho. Nesse contexto, o trabalho é desvinculado da situação de pobreza e se torna o ideal do homem que seria responsável por sua riqueza individual, mas que também pela riqueza da nação. O trabalho passa a “ser um direito e um dever; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado” (GOMES, 1999, p. 55).

Os sentidos de sertão vão sendo alterados e no início da República há uma valorização do sertão por meio de projetos modernizadores iniciados por vezes no período imperial. Ganha profusão neste contexto as Expedições Civilizatórias, construções de ferrovias, avaliações da Inspetoria de Obras Contra as Secas, construção de linhas telegráficas. Segundo Lidia de Oliveira Xavier o par litoral/sertão representava:

*Categorias ao mesmo tempo opostas e complementares. Opostas, porque uma expressava o reverso da outra: litoral referia-se não somente a existência física de uma faixa de terra contígua ao mar, mas também um espaço conhecido, delimitado, “civilizado” e domado pelos brancos, um espaço da cristandade, da cultura e da civilização. Sertão era exatamente o contrário, mas também o lugar do ouro e de outras riquezas (XAVIER, 2006, p.56).*

Somem-se a isso as políticas de intervenção e nacionalização das fronteiras que objetivavam a fixação do homem pela concessão de terras. Desse processo datado de 1941 surgiram duas colônias no Centro-Oeste uma em Goiás e outra no Sul de Mato Grosso. Sobre essa questão Angela de Castro indica que está contida nesta política o sentido mais profundo da “Marcha para o Oeste”, a partir da valorização do homem e da terra que indicava um aspecto renovador do trabalhador nacional. Cabe relacionar estas questões ao texto de Ricardo Pinto intitulado *A Civilização em Marcha para o interior*:

*Com a criação das Colônias Agrícolas Nacionais, ultimamente decretada e já iniciada, do interior do Brasil por sinal, abrir-se-ão as portas da civilização. A conquista do sertão deixará de ser uma aventura de atração esportiva, pela temeridade, para se transformar na incorporação efetiva de imensas extensões territoriais ao patrimônio econômico do país. [...] Desaparecerá o deserto, que tanto impressionou o Sr. Getúlio Vargas, durante as suas excursões aéreas pelo interior. **O desconforto, a doença, o abandono e a miséria é que afugentam o brasileiro das terras longínquas.** Esta é a razão porque se aglomera nos escassos perímetros urbanos, à beira mar, quando tantas riquezas existem, para lá do recorte ornamental das serrarias[...] Agora, porém, uma nova era começa. Começa, realmente a “Marcha para o Oeste”. (PINTO, 1941, p.03, grifos meus).*

Ao lado da política de intervenção é articulada a expressão de civilização e a ideia do desaparecimento do deserto que se traduz em um plano de ação. A necessidade de civilizar e povoar o sertão dá-se pela continuidade das expedições realizadas. Nesse aspecto, Nísia Trindade Lima ressalta que os relatos dessas viagens irão aprofundar os contrastes entre litoral e sertão e contribuirão para agregar outros sentidos ao interior como os de exclusão, doença e abandono<sup>8</sup>, ideias reforçadas na escritura de Ricardo Pinto em nome da construção de um futuro.

#### ***O futuro de Cuiabá***

*Quem quer que conheça, mesmo ligeiramente o Brasil, será forçado visitando Mato Grosso, a reconhecer que a este Estado está reservado, pelo determinismo de suas condições naturais especialíssimas um grande e radioso futuro, futuro que já não é já um magnífico presente simples e exclusivamente porque certos problemas de capital importância para esta grande porção do território nacional não foram ou não puderam ainda ser encarados convenientemente.*

[...]

*Onde está, portanto a razão do retardamento do progresso e do desenvolvimento que nos cabia já ter realizado? Só uma coisa tem motivado o relativo marasmo de Mato Grosso e principalmente de Cuiabá que é ainda hoje uma das mais isoladas cidade do país. Esta causa está na sua falta de aproximação com os grandes outros consumidores do país. (EDITORIAL/ O ESTADO DE MATO GROSSO, 1941, p.02).*

<sup>8</sup> Apropriamos-nos dessa afirmativa a partir da perspectiva de Nísia Trindade Lima, que afirma: “Ainda que se encontrem muitas referências a 'sertão', em geral, os médicos utilizam esse vocábulo para criticar o que viam como mitos prevaletentes sobre os sertões brasileiros, especialmente os atribuídos às crônicas de viagens e à literatura romântica [...]. Além das doenças, o tema da decadência que se segue a esporádicos surtos de progresso, a ausência de moeda, o atraso econômico e social, assim como a distância não apenas geográfica, mas, sobretudo, cultural, entre litoral e sertão, são os atributos ressaltados nesses registros sobre o Brasil.” (LIMA, 2013, [n.p]).

Importa destacar que o periódico assume assim a partir de alguns jornalistas e do próprio editorial um discurso alinhado com os projetos ideológicos estado-novistas. Nesses breves apontamentos sobre a construção discursiva a partir da dimensão do lugar social de Archimedes Pereira Lima dono do *Estado de Mato Grosso* e acompanhando os editoriais de 1939 a 1942 pode-se observar matérias que representavam diretamente o pensamento do periódico alinhado com o discurso varguista. Entende-se nesse sentido, uma postura favorável a “Marcha para o Oeste”, associada à modernidade e progresso que estão vinculadas diretamente aos meios de comunicação (rádio e cinema), transportes e transformações urbanísticas e arquitetônicas. Segundo Capelato o Estado Novo se caracteriza por mudanças significativas no sentido da reorganização do Estado, da economia, das relações do Estado com a sociedade, com a cultura, tendo sido uma de suas grandes forças a propaganda. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) criado em 1939.

*O Estado Novo, é preciso ressaltar, teve uma preocupação nítida em fazer produzir, ou aproveitar para seu uso, um conjunto de princípios e idéias, pelos quais se auto-interpretava e justificava seu papel na sociedade e na história brasileira. Tais princípios não foram formulados em 1937, mas receberam aí uma roupagem oficial e foram utilizados como instrumento de poder (GOMES, 1982. p.09).*

Por certo essas ações controladoras não se dão de forma a apagar vozes dissonantes ainda que o fizesse de forma cuidadosa. Antonio Carlos Silva demonstra que vozes dissonantes como as de Estevão de Mendonça, mesmo que por mensagens subliminares transmitiram uma crítica no período de censura e propaganda estado novista. Próxima do pensamento político do Estado Novo a radiodifusão “A Voz do Oeste” possuía no seu início diversas irregularidades atuando na clandestinidade. Mesmo após ter recebido uma denúncia dessas contravenções o interventor Júlio Müller considera a rádio como sendo de utilidade pública para o estado. Silva discute os sentidos que integram este discurso de apoio para além da veiculação propagandística do Estado Novo:

*A Voz do Oeste funcionando também atenderia um pleito de um grupo de artistas cuiabanos ligados ao Grêmio Literário Júlia Lopes, que era presidido pela esposa do interventor, Maria Müller. Há de se considerar ainda que os três pioneiros da rádio – João Jercy Jacob, Zulmira Canavarros e Juvenílio Francisco de Freitas - eram funcionários do Governo do Estado. Os dois primeiros eram professores no*

*Colégio Estadual e o último, radiotelegrafista no Palácio do Governo. Além disso, Jercy, Juvenílio e o marido de Zulmira, Danglars, eram membros da irmandade Loja Maçônica Acácia Cuiabana. Os três eram maçons, assim como o interventor Julio Müller. (GOMES, 1982. p.167)*

Assim, o cinema, o teatro, o rádio, a arquitetura e urbanismo e a imprensa terão papel fundamental na política estado-novista. Em Mato Grosso Julio Müller deu grande atenção a estes veículos patrocinando a transmissão da radiodifusão *A Voz do Oeste* em 1940, em 1939 comprando uma rotativa que simbolizou a modernidade na imprensa no período e investindo 1 milhão, 532 mil e 308 cruzeiros na construção do Cine-Teatro em 1942.

Encomendado pelo interventor Julio Strubing Müller, irmão do chefe da polícia civil do Distrito Federal Filinto Müller, à construtora Coimbra Bueno, na perspectiva do Art Déco, o Cine-Teatro foi projetado pelo arquiteto Humberto Kaulino que projetou também no local um salão de chá no segundo pavimento da edificação. São vários os trabalhos que já discutem a relação da Coimbra Bueno como grandes interlocutores do Estado Novo e da política que estava sendo implementada por essa<sup>9</sup>. Segundo Lúcia Silva as reformas urbanas ocorridas no Estado Novo a partir de sua política de modernização possibilitou a ascensão do engenheiro e arquiteto e, nesse caso, contribuiu para a consolidação de alguns novos escritórios, como o da Coimbra Bueno.

Abelardo Coimbra Bueno e Jerônimo Coimbra Bueno eram representantes até 1935 da Coimbra Bueno e Pena Chaves Ltda, ano em que o sócio Roberto Pena Chaves retira-se da empresa. Ao dissolverem a sociedade ficam com a empresa denominada Coimbra Bueno & Cia. Ltda. Esses engenheiros que são os mesmos que deram continuidade ao primeiro plano urbanístico da cidade de Goiânia de Atílio Côrrea Lima. O governo de Goiás rompe o contrato com a empresa de Atílio Lima, em 1935, contratando a empresa dos irmãos. Para viabilizar o ideário do novo, moderno e de progresso a partir tanto da construção de uma nova

---

<sup>9</sup> Das construções realizadas pela Coimbra Bueno em Cuiabá citamos: a residência dos Governadores, edificada nos fundos do Palácio Alencastro; o Grande Hotel de Mato Grosso, edificado na Av. Getúlio Vargas; a instalação da estação de tratamento d'água, localizada na Rua Presidente Marques; o palácio da Justiça na Av. Presidente Vargas; a fundação do Liceu Cuiabano na Avenida Getúlio Vargas e a fundação do Cine-Teatro localizado na Avenida Getúlio Vargas.

Já em Goiânia destacamos: o Grande Hotel; o Palácio do Governo; a Secretaria Geral na Praça Cívica; a Estação Ferroviária e o Cine-Teatro Goiânia.

cidade no interior de Goiás, quanto de construções que representariam esse ideário em Mato Grosso esteve presente o art déco refletindo certo ideal estético especialmente pela perspectiva racionalista e de monumentalidade traduzindo os desejos de “progresso e modernidade” estado-novista por meio dos interventores Julio Müller e Pedro Ludovico.

*De certo modo, pode-se afirmar que a postura do governo Vargas com relação às vertentes arquitetônicas não teve uma direção clara. Balançava-se entre a modernidade de vanguarda, o Art Déco ainda que ambos convergissem para o funcionalismo, utilitarismo e standardização. Sem contar com o neocolonial, o missões e os estilos pitorescos, como o Normando e o Tudor, que também foram tema de diversos edifícios públicos construídos nesse período. (OLIVEIRA, 2008, p. 21).*

Marcel Steiner Giglio de Oliveira ressalta uma grande variedade de vertentes arquitetônicas no Estado Novo, inúmeros pontos em comum podem ser encontrados entre o modernismo de Le Corbusier e os intelectuais ligados ao governo, assim como as correntes e os estilos pitorescos são compreendidos à luz do ideário nacionalista.

Muitos estudiosos interpretaram o art déco como um prenúncio do modernismo considerando o art déco tratando-o como uma “transição uma transição entre o ecletismo e o modernismo” (CAMPOS, 1999, p. 02). Vitor Baptista Campos ressalta que a historiografia corrente tratou de forma homogênea toda a diversidade do período, escondendo variações estéticas como a arte déco que,

*Foi a corrente que exerceu maior influência no meio construído da época. Ainda que apresentando qualidade e quantidade, manteve-se à margem da historiografia da arquitetura brasileira e das políticas oficiais dos organismos de preservação de bens culturais. (CAMPOS, 1999, p. 02).*

Assim, o moderno se apresentou sob várias formas traduzindo um contexto histórico em que se pretendia a renovação da paisagem urbana com o intuito de se representar moderna. A historiografia que produziu uma memória-histórica sobre o movimento modernista no Brasil a partir de signos de racionalidade, sob os sentidos de vanguarda, deixou de lado o que não foi considerado próprio deste movimento: “O art-déco, classificado por alguns como pré-moderno é, antes de mais nada, uma outra face do moderno” (CAMPOS, 1999, p. 04).

Derivado da abreviação da Exposition Internationale des Arts Décoative et Industrilles Modernes, acontecida em Paris entre abril e outubro de 1925, o art déco é costumeiramente associado às manifestações no campo das artes decorativas e na arquitetura a partir especialmente da utilização de estruturas geometrizadas de influência cubista. No entanto, o termo só será cunhado anos mais tarde em 1966 em uma exposição retrospectiva ocorrida na França. Mais como uma linguagem arquitetônica do que como movimento ou estilo o art déco não se propagou por meio de manifestos, mas foi uma recorrência arquitetônica em diversas cidades brasileiras no período Vargas, especialmente no Estado Novo.

Marcada por um rigor geométrico, linear, pouca ornamentação na fachada, verticalização de colunas em vidro, presença de janelas frontais e laterais, marcando uma simetria de aberturas, com o mesmo volume na parte frontal. Uma aba frontal se apresenta imediatamente sobre o passeio na parte central característica da arquitetura moderna: “A marquise enquanto elemento funcional possuía dupla função: por um lado protegia a entrada do prédio, podendo ser utilizada como abrigo pelos cidadãos e, por outro, conferiam um tom imponente e sentido público à construção” (MELO 2011, p. 528).

A extensão plana com uma parede de vidro na parte superior apresentada em contraste com a marquise ocasiona uma maior imponência à construção. Segundo Sabrina Fernandes Melo a marquise só foi possível a partir do surgimento de novos materiais e técnicas como o aço e o concreto armado:

*Ela gera um balanceamento da incidência solar no interior do edifício, tornando a penetração de luz gradativa para o interior das construções, artifício utilizado geralmente em prédios públicos e comerciais. (MELO 2011, p. 528)*

Apesar de a fachada geometrificada possuir simplificação formal dispõe de elementos decorativos que são as luminárias. A construção é marcada por uma horizontalidade, simetria, acesso centralizado e feito através de hall, cobertura encoberta por uma platibanda escondendo o telhado. Essa faixa horizontal escalonada, à moldura de uma escada, na parte superior da construção tem a função de esconder o telhado.



**Cine-Teatro Cuiabá**, década de 1940. Foto: Antonio Calori, 2012.

Acervo Projeto Fapemat “Arte e Cultura em Mato Grosso: A construção de um discurso de identidade matogrossense entre o Moderno e a Tradição”

A construção de obras públicas foi uma das formas para se alcançar a tão sonhada modernidade a fim de romper com um passado colonial que se considerava obsoleto e ultrapassado. Observa-se nesse sentido as diversas referências à compra de maquinários de última geração para o cine-teatro enunciados como os mais modernos “dotados dos mais recentes aperfeiçoamentos da cinematografia sonora, de acôrdo, aliás, com as luxuosas instalações do Cine-Teatro Cuiabá” (EDITORIAL/ *O ESTADO DE MATO GROSSO*, 1941, p.01)<sup>10</sup>. *O Estado de Mato Grosso* mencionava a modernidade técnica, como ideia desse espírito renovador, assim, ressaltava a escolha dos “melhores projetores” relacionando ao que havia de mais moderno em montagem de aparelhamento “trata-se de um equipamento de alta fidelidade da afamada marca norte-americana R.C.A. Photophone, idêntico ao que foi instalado recentemente no majestoso Cine Rialto, de São Paulo” (EDITORIAL/ *O ESTADO DE MATO GROSSO*, 1941, p.01).

<sup>10</sup> Extraído de um dos Editoriais do Jornal *O Estado de Mato Grosso* que traz informações como: Ainda este mês a estreia do Cine-Teatro Cuiabá – Iniciados os trabalhos de instalação dos aparelhos de projeção e som. (*O Estado de Mato Grosso*, 1942).

Nesse sentido, a construção do Cine-Teatro se inseriu em um contexto de várias obras construídas em consonância com a ideia de transformação. A renovação do estético esteve em consonância com a tentativa de construção da nação, que almejou negar um passado almejando projetar-se em futuro; nessa busca Mato Grosso se inseriu no ideário do progresso, analisada neste texto, por meio da linguagem do art déco, que paradoxalmente propunha uma continuidade em relação aos velhos tempos (OLIVEIRA, 2008, p. 66).

### **Bibliografia:**

- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 08, n. 15, 1995.
- ARAUJO, Olga Maria Castrillon Mendes, O discurso de constituição da fronteira de Mato Grosso. In: *Fronteira: memória e linguagem* (Vários autores). – Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ARRUDA, Márcia Bonfim de. *As engrenagens da cidade: centralidade e poder em Cuiabá-MT na segunda metade do século XX*. Cuiabá, 2002. Dissertação de Mestrado
- ATHAIDES, Rafael. A historiografia e as relações nazi-integralistas. *Anais ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza*, 2009.
- BEZERRA, Silvia Ramos. Contradições culturais do cortejo triunfante da modernidade em Cuiabá. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*. Uberlândia, vol. 05, n. 03, 2008, p. 01-13.
- CAMPOS, Victor José Baptista. *O Art Déco e a construção do imaginário moderno: um estudo de linguagem arquitetônica*. São Paulo: Tese (Doutorado em Arquitetura), USP, 2003.
- CAMPOS, Vitor José Baptista. Reconhecimento e Preservação da Arquitetura Art-Déco no Estado de São Paulo. 3º Seminário *DOCOMOMO Brasil*; *IV Bienal Internacional de Arquitetura*. São Paulo, 1999, p. 02. Disponível em: [http://www.docomomo.org.br/seminario%203%20pdfs/subtema\\_A2F/Vitor\\_campos.pdf](http://www.docomomo.org.br/seminario%203%20pdfs/subtema_A2F/Vitor_campos.pdf)  
Acesso em: novembro de 2012.
- CASTOR, Ricardo Silveira. Modernidade e primitivismo na arquitetura de Mato Grosso Confrontos da segunda metade do século 20. *Arquitextos*. Ano 11, Nov. 2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.126/3637> Acesso em: novembro de 2012.
- COSTA, Viviane Gonçalves da Silva. *Zulmira D'Andrade Canavarros: uma mulher sem fronteiras na Cuiabá da primeira metade do século XX*. Cuiabá: UFMT/Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2007.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. 358 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

HEYMANN, Luciana Quillet. “Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre os arquivos pessoais e o caso Filinto Müller”. *Estudos Históricos*, 10(19):41-66, 1997.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ, 1999.

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. *Literatura e poder em Mato Grosso*. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Cuiabá: UFMT, 2002.

MELLO, Márcia Metran de. *Moderno e modernismo: a arquitetura dos dois primeiros fluxos desenvolvimentistas de Goiânia*. São Paulo: FAUUSP, 1996.

OLIVEIRA, Marcel Steiner Giglio de. *Arquitetura em São Paulo na Era Vargas. Art Déco e a Arquitetura Fascista nos Edifícios Públicos (1930-1945)*. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), 2008.

OLIVEIRA, Rosimar Regina Rodrigues de. *O progresso na “marcha para o oeste”: uma análise enunciativa na imprensa mato-grossense*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem IEL/UNICAMP. Campinas, SP : [s.n.], 2007.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

RODRIGUES, Dunga. *Reminiscências de Cuiabá*. Goiânia: Cinco de Março, [s.d.].

ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem espectador: a ideia de progresso*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

SILVA, Antonio Carlos. *Vozes do oeste: a radiodifusão cuiabana entre a antena e a lei (1939-1949)*. 2004. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2004.

SILVA, Jussara Alves da. *O Cine-Teatro Cuiabá: um Estudo de Práticas e Representações (1942-1950)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

### Jornais:

EDITORIAL. O Círculo Vicioso. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, 01 de Junho de 1941, p. 02. Caixa 04 (Abril, Maio e Junho). Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

FALCÃO, Amaro. Ecce Opus Tuum! *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, 11 de julho de 1941, N. 498, p. 02. Ano II. Caixa 05 (Julho, Agosto e Setembro). Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

PRAZERES, Oto. Cuidemos de Mato Grosso. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, 18 de Março de 1941, p. 02. Ano II. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

PINTO, Ricardo. A Civilização em Marcha para o Interior. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, 13 de março de 1941, p. 03. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

EDITORIAL. O Futuro de Cuiabá. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, 31 de Maio de 1941, p. 02. Caixa 04 (Abril, Maio e Junho). Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.